

## NOSSO PRIMEIRO IMPERADOR VISTO POR RIBEYROLLES

(...)

É hoje uma figura histórica. Vale a pena fixá-la. Ademais, como explicar os fatos sem as paixões, os acontecimentos sem os caracteres, as coisas sem as pessoas? D. Pedro de Bragança acompanhara seu pai ao Brasil por ocasião da invasão francesa. Audacioso, moço e forte, era mais amigo das lutas, das caçadas, das revistas militares, que dos labores tranqüilos. Desde 1808 a 1820, ninguém o viu imiscuir-se na política, nos negócios, no governo. Era uma dessas naturezas vivazes e sanguíneas que produzem energias magníficas. Se o estudo apura e regula os instintos, se a educação os domina, eles se inclinam para o bem com paixão, com entusiasmo e argamassam os heróis. Se se entregam a si mesmos, mal dirigidos e governados, conduzem às violências cegas e o homem faz-se um bruto.

Quais foram as primeiras disciplinas do príncipe D. Pedro? As etiquetas da côrte, os prejuízos feudais, o culto dos privilégios de nascimento e as prerrogativas absolutas. Quais as suas primeiras doutrinas? As noções do despotismo e os preceitos néscios do direito divino. Encheram-no de sofismas inveterados e de orgulho frívolo, como um príncipe da Idade Média. Interceptaram-lhe todos os conhecimentos humanos: mutilação horrível, obra cruel de algoz.

Felizmente para ele, D. Pedro de Bragança teve um grande mestre: o seu tempo. Viu revoluções pavorosas, catástrofes inauditas. Ouviu passar as idéias e as esquadras. Compreendeu que a Idade Média estava morta, e era mister penetrar na torrente. Daí, as suas duas naturezas, duas tendências, duas vocações. O homem do passado que joga com os decretos, fez a força, viola as assembléias, e o homem do século, que se volta para as idéias do século: **independência, constituição, direito humano.**

Esse contraste decidiu sua sorte. A cada passo o encontramos nessa existência que, apesar dos desvios, não passou sem glória e sem honra.

Vêde a antinomia. A revolução de Portugal e seu programa baseado na constituição de Cadiz (1812) tinham profundamente comovido o Brasil. A província do Maranhão aderira. A Bahia nomeara uma “junta provisória de governo”, e no Rio de Janeiro a manifestação do povo e das tropas, reunidas no largo do Rocio, foi quase uma revolução.

Que fez o príncipe herdeiro? Misturou-se ousada e oficialmente com a multidão. Orou como um tribuno. Comprometeu seu pai no sentido da constituição, jurando sobre a cabeça de Cristo, santa e lívida figura ultrajada por tantos perjúrios. Era um belo começo de revolta. E Pedro de Bragança deixava-se arrastar de boa fé.

Eis o reverso. No decreto de 7 de março de 1821, D. João VI, anunciando sua próxima partida, investira o herdeiro do título de lugar-tenente chefe dos poderes, sob um governo provisório. Quais eram as atribuições desse lugar-tenente? Que era o governo provisório? Ninguém o sabia. E os eleitores inquietos pela liberdade decidiram que a constituição espanhola de 1812 seria a lei do momento.

Era uma salvaguarda hábil. Mas, o príncipe lugar-tenente, colocado assim sob a **constituição** e a **junta**, fez invadir pela força armada essa nova “sala do jogo da pela”. Morreram dois eleitores, Muitos ficaram feridos. Outros foram lançados às prisões. E na manhã seguinte, 22 de abril de 1821, apareceu um último decreto de D. João VI, organizando o governo provisório. O bom do rei delegava ao filho todas as atribuições soberanas, e dava-lhe por conselheiros responsáveis a amigos e companheiros. Em seguida, farto de decretos, de arengas, de juntas e constituições, D. João retira-se, dizendo ao príncipe: “Bem sei que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal; e, neste caso, se não pudeses conservar a coroa para mim, guarda-a para ti, antes que algum aventureiro se apodere dela”. Judicioso conselho paterno, que foi seguido à risca.

(...) D. Pedro, desde esse instante, não hesitou em marchar para o trono, em servir a independência. Trabalhou, não sem perigo, a impelir para o mar as forças portuguesas que ocupavam o Rio e o litoral. Não deu entrada às forças enviadas de Lisboa. Com fracos elementos, em meio das perturbações e dos desmembramentos, organizou a defesa, e quando em

algum ponto do país se fazia uma sombra, ele acorria gentilmente em pessoa. Assim, a província de Minas Gerais, tão cruelmente ferida no tempo de Tiradentes, ficara depois sob a vigilância e o guante de Portugal. Dizimada em seus patriotas, enfraquecida, vigiada de perto, ela tolerava os juízes, e quando chegou o dia da **insurreição**, alguns de seus filhos se deixaram levar por influências estrangeiras. O príncipe conhecia bem essa província, uma das mais enérgicas e das que mais sofriam. Partiu, pois, para lá, esclareceu os espíritos, acalmou os corações, e na volta, atravessando a planície do Ipiranga, perto de São Paulo, atirou para o mar lusitano o grito forte e altivo: “Independência ou morte!”\*<sup>7</sup>

É antigo na história esse clangor de guerra. Foi ouvido em Maratona, em Salamina, em Platéia. Em 93, nas margens do Reno, era umas das variantes da “Marselhesa”. Mas há palavras que não morrem. São o Verbo. Nesse dia, o regente ganhou um Império.

Ademais, sua atividade, sua energia, não tiveram um dia de fadiga ou de esmorecimento nessa fase de confusão, conturbada de crises interiores. Ele deu ao Brasil suas armas, um pavilhão, signos de independência e soberania.

Era ainda um batismo. A seguir, fez publicar decretos sobre decretos contra Lisboa, suas cortes, suas tropas, seus governadores e seus navios. Depurou seu ministério e sua casa. Inspirado por José Bonifácio, deu a lume um edito de anistia em nome do Brasil “independente”, sob reserva e injunção para os “não conformistas” em viver em outra parte. Finalmente, coroou sua obra por uma proclamação ao povo, convocando-o às eleições gerais, e afirmando que só teria glória em governar um povo “generoso” e “livre”.

As cortes brasileiras tinham-se instalado. O príncipe subira ao trono. José Bonifácio ocupava a pasta do Império. E se a facção portuguesa se conserva ainda nas províncias do norte, era apenas a última convulsão. O Brasil estava livre e soberano. Mas esta soberania não passava de um nome, enquanto não estivesse encarnada nas instituições, constituída na lei e nos poderes.

---

<sup>7</sup> Como é fácil perceber, o A. incorreu, aqui num engano. A comitiva que testemunhou a declaração da Independência, a 7 de setembro de 1822, procedia do Rio de Janeiro e não de Minas Gerais.

(...) D. Pedro de Bragança, sendo então apenas príncipe-regente, recebera nas aclamações populares um título que o empolgava: defensor perpétuo da independência e da liberdade brasileira.

Tornado “Príncipe”, o homem da “Independência” cometeu faltas graves. Esgotou as finanças do império nascente numa guerra insensata contra a Banda Oriental (Montevideú). Teria necessidade de um Província Cisplatina o possuidor de vinte províncias que são outros tantos reinos? Fantasia de imperador que procura a glória. Mas a glória não veio e recorreu-se ao banqueiro - o empréstimo inglês. Loucuras custam caro.

Em memória do juramento violado, das cortes dissolvidas, Pernambuco revoltou-se em prol de sua república. Com isso lucravam o Pará, o Maranhão e o Ceará. A insurreição, dessa vez, parecia tremenda. D. Pedro I enviou Lord Cochrane com uma esquadra de guerra. Houve combates encarniçados, mas a rebelião foi subjugada. E Guilherme Ratcliff, republicano ardente, pagou com sua cabeça, no Rio de Janeiro, pelo insucesso da revolta.

Entretanto, D. Pedro não era cruel. Tinha mesmo belos instantes naturais. E quando descarregou o seu golpe de estado, em vez de governar à velha maneira portuguesa ou como um Fernando de Espanha, apressou-se em forjar uma constituição. Acreditava-se um artista nesse gênero, e seja dita a verdade, sua obra era um modelo de liberdade, atendendo à sua época.

“(...) Mas a ferida sangrava sempre. O golpe de estado matava as esperanças, anuviava as recordações. A confiança estava extinta no coração dos brasileiros e a administração governamental, sacudida de uma intriga à outra, sempre flutuante, não passava de uma série do borrascas. Além disso, D. Pedro estava irritado pelas contradições da imprensa, pelas vozes surdas da opinião pública, e talvez pelas suas próprias meditações. Esse jogo de báculo custou-lhe caro. Nos seus conselhos acabavam de entrar deputados democratas. Em menos de dez dias estavam expulsos. Foi grande a indignação do povo e as tropas, em praça pública, confraternizaram com as massas, evidente sintoma de revolução. Por seu turno, a guarda de São Cristóvão, tendo seguido a artilharia da cidade, deixou D. Pedro sem forças. E ele abdicou.

D. Pedro, no ato da abdicação, permaneceu calmo e digno. Não desceu ao insulto. Confiou seu filho ao novo império e deu-lhe por tutor um de seus velhos amigos, esse mesmo José Bonifácio que outrora havia desterrado.

O tempo, que orna de flores as sepulturas, consolará com um bocado de glória esse nome tão atormentado? Essa memória tão discutida achará um refúgio amigo na família brasileira, e a pátria que o desviou, em seus receios legítimos, anistiará a sua sombra? Isso passou-se, e há muito tempo. O grito do Ipiranga, que, a cada ano, relembra a independência, desperta também antigas recordações. O homem e data se enlaçam e se sustentam. E D. Pedro I terá em breve a sua estátua, seu monumento no centro desta cidade-rainha, hoje capital incontestada de um grande império livre e soberano.

**(Brasil pitoresco, I: 102-109)**